



MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

ESTADO DO PARANÁ

PODER EXECUTIVO

LEI N.º 1918

P U B L I C A D O
Edição n.º: 420
Data: 09/08/2012
Boletim Oficial do Município
de Telêmaco Borba

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

"O POVO DE TELÊMACO BORBA, ESTADO DO PARANÁ, ATRAVÉS DE SEUS REPRESENTANTES NA CÂMARA LEGISLATIVA, APROVOU E EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO, SANCIONO A SEGUINTE LEI".

Art. 1º Esta Lei estabelece as Diretrizes Gerais para a elaboração do Orçamento Programa do Município de Telêmaco Borba, relativo ao Exercício Financeiro de 2013, em conformidade aos Anexos, partes integrantes desta Lei.

Art. 2º A proposta orçamentária será elaborada em consonância com as disposições constantes da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, tendo seu valor fixado em reais, com base na previsão de receita:

I - fornecida pelos órgãos competentes quanto as transferências legais da União e do Estado;

II - projetada, no concernente a tributos e outras receitas arrecadadas diretamente pelo Município, com base em projeções a serem realizadas considerando-se os efeitos de alterações na legislação, variação do índice de preços, crescimento econômico ou qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas do demonstrativo de evolução nos últimos três anos e da projeção para os dois seguintes e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º. Não será admitida reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo, salvo erro ou omissão de ordem técnica e legal.

§ 2º. As operações de crédito previstas não poderão superar o valor das despesas de capital constantes da Proposta Orçamentária.



MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

ESTADO DO PARANÁ

PODER EXECUTIVO

Art. 3º O montante das despesas fixadas acrescido da reserva de contingência não será superior ao das receitas estimadas.

Art. 4º A reserva de contingência não será inferior a 1% (Um por cento) do total da receita corrente líquida prevista e se destinará ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 5º A manutenção de atividades incluídas dentro da competência do Município, já existentes no seu território, bem como a conservação e recuperação de equipamentos e obras já existentes terão prioridade sobre ações de expansão e novas obras.

Art. 6º A conclusão de projetos em fase de execução pelo Município, terão preferência sobre novos projetos.

Art. 7º Não poderão ser fixadas despesas sem que sejam definidas as fontes de recursos.

Art. 8º Na fixação das despesas deverão ser observados os seguintes limites:

I – as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino não serão inferiores ao limite disposto no artigo 212 da Constituição Federal;

II – as despesas com saúde não serão inferiores ao percentual definido na Emenda Constitucional nº 29, de 14 de setembro de 2000;

III – as despesas com pessoal do Poder Executivo Municipal incluindo a remuneração de agentes políticos, inativos e pensionistas, e encargos patronais não poderão exceder a 54% (cinquenta e quatro por cento) da receita corrente líquida, se outro inferior não lhe for aplicável.

IV – as despesas com pessoal do Legislativo Municipal inclusive a remuneração dos agentes políticos, inativos e pensionistas, e encargos patronais, não serão superiores a 6% (seis por cento) da receita corrente líquida, se outro inferior não lhe for aplicável, nos termos da Emenda Constitucional nº 25/2000;

V – o Orçamento do Legislativo Municipal deverá ser elaborado considerando-se as limitações da Emenda Constitucional nº 58 de 23 de setembro de 2009;



Art. 9º Os recursos ordinários do Tesouro Municipal somente serão programados para a realização de despesas de capital após atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviço da dívida e outras despesas de custeio administrativo e operacional.

Art. 10. Além da observância das prioridades e metas fixadas nesta Lei, a Lei Orçamentária e os seus créditos adicionais somente incluirão projetos novos se estiverem adequadamente contemplados os projetos em andamento, salvo se existentes recursos especificamente assegurados para a execução daqueles.

Parágrafo Único. O Poder Executivo encaminhará ao Legislativo Municipal, até a data de envio do projeto da Lei Orçamentária Anual de 2013, relatório dos projetos em andamento.

Art. 11. As despesas com ações de expansão corresponderão às prioridades específicas indicadas no Anexo de Metas e Prioridades 2013, integrante desta Lei e à disponibilidade de recursos, as quais encontram-se ordenadas por órgãos de governo.

Art. 12. Na Lei Orçamentária a discriminação das despesas será efetuada por órgão e unidade orçamentária de acordo com a classificação funcional programática desdobrada por categorias econômicas, modalidade de aplicação e elementos de despesa, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Único. A Lei Orçamentária incluirá os seguintes demonstrativos:

I – da receita, que obedecerá o disposto no § 1º, do artigo 2º, da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964 e demais normas pertinentes.

II – da natureza da despesa, para cada órgão e unidade orçamentária;

III – do programa de trabalho por órgãos e unidades orçamentárias, demonstrando os projetos e atividades de acordo com a classificação funcional programática;

IV – outros anexos previstos em Lei, relativos a consolidação dos já mencionados anteriormente.

Art. 13. As emendas apresentadas pelo Legislativo que proponham alteração da proposta orçamentária encaminhada pelo Poder Executivo, bem como dos Projetos de Lei relativos a Créditos Adicionais a que se referem o artigo 166 da Constituição Federal, serão apresentados na forma e no nível de detalhamento estabelecidos para a elaboração da Lei Orçamentária.



MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

ESTADO DO PARANÁ

PODER EXECUTIVO

Art. 14. São nulas as emendas apresentadas à Proposta Orçamentária:

I – que não sejam compatíveis com o Plano Plurianual, com esta Lei e as que criem ou aumentem despesas;

II – que não indiquem os recursos necessários em valor equivalente à despesa criada, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas aquelas relativas às dotações de pessoal, seus encargos e ao serviço da dívida.

III – que indiquem recursos provenientes da anulação de despesas vinculadas a convênios, auxílios e termos de cooperação a serem firmados e/ou executados no decorrer do exercício de 2013.

Art. 15. Poderão ser apresentadas emendas relacionadas com a correção de erros ou omissões ou relacionadas a dispositivos do texto do Projeto de Lei.

Art. 16. A existência da meta ou prioridade constante no Anexo Metas e Prioridades desta Lei, não implica na obrigatoriedade da inclusão da sua programação na Proposta Orçamentária.

Art. 17. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de "subvenções sociais", ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, que preencham uma das seguintes condições:

I – sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e estejam registradas no Conselho Municipal de Assistência Social; ou

II – atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei nº 8742, de 07 de dezembro de 1993;

III – reconhecida de utilidade pública pelo Município.

Parágrafo Único. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos três anos, emitida no exercício de 2013 por três autoridades locais e comprovantes de regularidade do mandato de sua diretoria.



MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

ESTADO DO PARANÁ

PODER EXECUTIVO

Art. 18. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de "auxílios e/ou contribuições" para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que sejam:

I – de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação;

II – de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas municipais do ensino fundamental;

III – consórcios intermunicipais de saúde, legalmente instituídos e constituídos exclusivamente por entes públicos;

IV – Associações Comunitárias de Moradores, devidamente constituídas e registradas no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca, no concernente a auxílios destinados ao desenvolvimento de ações de interesse comunitário.

V – que desenvolvam ações e projetos culturais, esportivos e de segurança pública, devidamente constituídas e registradas no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca;

VI – que desenvolvam ações voltadas ao atendimento dos servidores públicos municipais, em parceria ou não com o Poder Público Municipal.

VII – reconhecida de utilidade pública pelo Município.

Art. 19. A concessão de auxílios para pessoas físicas obedecerá preferencialmente os critérios estabelecidos pelos programas sociais que originam os recursos a serem aplicados, e no caso de recursos próprios do Município, será precedida da realização de prévio levantamento cadastral objetivando a caracterização e comprovação do estado de necessidade dos beneficiados.

§ 1º. Serão consideradas como carentes, pessoas cuja renda "per capita" não ultrapasse na média a ½ salário mínimo por indivíduo que compõe a família.

§ 2º. Independendo de comprovação de renda a concessão de auxílios em casos de emergência ou calamidade pública assim declarados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 20. Serão excluídas das limitações de que tratam os artigos 18 e 19 desta lei, os estímulos concedidos pelo município para a implantação e ampliação de empresas ou indústrias no Município, cuja concessão obedecerá a critérios definidos em lei municipal específica.



MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

ESTADO DO PARANÁ

PODER EXECUTIVO

Art. 21. Em caráter excepcional, desde que comprovado o interesse público, fica o Poder Executivo autorizado a promover ações voltadas ao desenvolvimento educacional em diversos níveis no Município.

Art. 22. A proposta orçamentária do Poder Legislativo Municipal para o exercício de 2013 deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, para fins de incorporação à proposta geral do Município até a data de 31 de agosto de 2012.

§ 1º. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinadas ao Poder Legislativo ser-lhe-ão repassados pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês.

§ 2º. Até o dia 10 do mês subsequente o Legislativo Municipal deverá encaminhar ao Executivo Municipal, para fins de consolidação à contabilidade geral do Município, o balancete financeiro mensal e os demonstrativos analíticos das despesas realizadas.

Art. 23. A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2013 será encaminhada para apreciação do Legislativo até dia 30 de setembro de 2012.

Art. 24. Fica o Executivo Municipal autorizado a incorporar na elaboração dos orçamentos, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Município, bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal e disposições do TCE-PR, ocorridas após o encaminhamento da LDO/2012 ao Legislativo Municipal.

Art. 25. Se o Projeto de Lei do Orçamento de 2013 não for sancionado pelo Executivo até o dia 31 de dezembro de 2012, a programação dele constante poderá ser executada, enquanto a respectiva Lei não for sancionada, até o limite mensal de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação na forma do estabelecido na proposta remetida à Câmara Municipal.

Parágrafo Único. Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

Art. 26. A execução orçamentária será efetuada mediante o princípio da responsabilidade da gestão fiscal através de ações planejadas e transparentes que previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultado entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange à renúncia de receita, geração de despesas com pessoal,



MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

ESTADO DO PARANÁ

PODER EXECUTIVO

seguridade social e outras, dívida consolidada, operações de crédito e inscrição em restos a pagar, normas estas constantes da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 27. Se no final de cada bimestre for verificado a ocorrência de desequilíbrio entre a receita e a despesa que possam comprometer a situação financeira do Município, o Executivo e o Legislativo Municipal promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 (trinta) dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios estabelecidos na Legislação vigente e nesta Lei, dando-se assim, o equilíbrio entre receitas e despesas para fins da alínea "a", inciso I, do art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º. Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 2º. No caso do Poder Legislativo não promover a limitação no prazo estabelecido no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros a serem repassados, segundo a realização efetiva das receitas no bimestre.

Art. 28. Não serão objeto de limitação as despesas relativas:

I – às obrigações constitucionais e legais do Município;

II – ao pagamento do serviço da dívida pública fundada, inclusive parcelamentos de débitos;

III – às despesas fixas com pessoal e encargos sociais enquanto o Município se mantiver num patamar de até 95% (noventa e cinco por cento) do limite máximo para realização de dispêndios com pessoal constante do artigo 20 da Lei Complementar nº 101/2000;

IV – às despesas vinculadas a uma determinada fonte de recurso, cujos recursos já estejam assegurados ou o respectivo cronograma de ingresso esteja sendo normalmente executado.

Art. 29. Ocorrendo a necessidade de se efetuar contenção de despesas para o restabelecimento do equilíbrio financeiro, os cortes serão aplicados, na seguinte ordem:

I – novos investimentos a serem realizados com recursos ordinários do Tesouro Municipal;



MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

ESTADO DO PARANÁ

PODER EXECUTIVO

II - investimentos em execução à conta de recursos ordinários ou sustentados por fonte de recurso específica cujo cronograma de liberação não esteja sendo cumprido;

III - despesas de manutenção de atividades não essenciais desenvolvidas com recursos ordinários;

IV - outras despesas a critério do Executivo e/ou Legislativo Municipal até se atingir o equilíbrio entre receitas e despesas.

Art. 30. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1, inciso II, da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações do quadro de pessoal, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, observado o disposto na Lei Complementar nº 101/2000, bem como, ainda, as disponibilidades financeiras do Município.

Art. 31. Ocorrendo a superação do patamar de 95% (noventa e cinco por cento) do limite aplicável ao Município para as despesas com pessoal, são aplicáveis aos Poderes Executivo e Legislativo as vedações constantes do § Único, Inciso I a V do art. 22 da Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo Único. No exercício financeiro de 2013, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa com pessoal houver extrapolado seu limite legal de comprometimento, exceto no caso previsto no art. 57, § 6º, inciso II, da Constituição Federal, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de necessidades nas áreas de saúde, vigilância, limpeza pública, serviços funerários e obras de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Art. 32. O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo Único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput, os contratos de terceirização relativos a execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão;



MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

ESTADO DO PARANÁ

PODER EXECUTIVO

II – não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente;

III – Execução de Obras em Regime de Empreitada Global ou Obras e serviços emergenciais, desde que não ultrapassem o período de execução de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 33. A lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovada se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 34. Os custos unitários de obras executadas com recursos do orçamento do Município, relativas à construção de prédios públicos, saneamento básico e pavimentação, não poderão ser superiores ao valor do Custo Unitário constante da Planilha de Custos Unitários/SOP/DECOM, por m², acrescidos de até trinta por cento para cobrir custos não previstos na Planilha de Custos Unitários/SOP/DECOM.

Art. 35. O Imposto Predial e Territorial Urbano e Taxas de 2013 terão um desconto de 10% (dez por cento), nos termos da legislação vigente.

Art. 36. Não será considerado para fins de previsão de receita, os valores referentes à multa incidente sobre a dívida ativa, nos termos do § 3º art. 26, da Lei Municipal nº 1190, de 31 de dezembro de 1998.

Art. 37. A estimativa de atualização monetária da Planta Genérica de Valores poderá se dar em até 100% (cem por cento) do índice definido no artigo 127, § único da Lei nº 1190, de 31 de dezembro de 1998.

Art. 38. Os valores apurados nos artigos 35 e 36 desta Lei, não serão considerados renúncia e serão desconsiderados na previsão de receitas de 2013, nas respectivas rubricas orçamentárias.

Art. 39. Para fins de aumento de arrecadação serão implementadas medidas de:

I – Revisão e ajustes no Código Tributário Municipal;



MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

ESTADO DO PARANÁ

PODER EXECUTIVO

II - Revisão e ajustes na legislação tributária;

II - Cobrança Administrativa e Judicial da Dívida Ativa.

III - Aumento do número de contribuintes de ISS;

IV - Implementação de programas e ações que objetivam a otimização da arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e do Imposto Sobre Serviços - ISSQN.

Art. 40. Serão considerados, para efeitos do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000, na elaboração das estimativas de impacto orçamentário-financeiro, quando da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, que acarretem aumento de despesa, os seguintes critérios:

I - as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição Federal, desde que os eventuais valores parcelados não ultrapassem o exercício financeiro;

II - entende-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal 8.666/93.

Art. 41. Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000:

I - considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere;

II - no caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados a manutenção da administração pública, consideram-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 42. Os Poderes deverão elaborar e publicar em até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária, cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo Único. No caso do Poder Executivo Municipal, o ato referido no caput conterá, ainda, metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000, incluindo seu desdobramento por fonte de receita.



MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

ESTADO DO PARANÁ

PODER EXECUTIVO

Art. 43. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos da Constituição Federal, a incluir na Lei Orçamentária autorização para:

I – realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação vigente;

II – realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação vigente;

III – abrir créditos suplementares com limite a ser definido na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2013;

IV – transpor, remanejar ou transferir recursos, de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, nos termos do inciso VI do Art. 167 da Constituição Federal.

Art. 44. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 45. Para fins decompatibilização da programação do PPA, LDO e LOA, fica o Poder Executivo autorizado a através de decreto, introduzir modificações nas ações, metas e prioridades constantes no Anexo de Metas e Prioridades dessa Lei, quando das aberturas de crédito adicionais suplementares e créditos especiais.

Art. 46. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos do art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000, a dar apoio administrativo, ceder espaço físico, recursos humanos relativos a custeio de despesas de competência de outras esferas de governo concernentes à segurança pública, trânsito, incentivo ao emprego, previdência, arrecadação tributária, assistência social, defesa nacional, do Poder Judiciário e do Ministério Público com vistas a melhorar a qualidade no atendimento jurisdicional na Comarca, mediante prévio firmamento de convênio.

Art. 47. No decorrer do exercício, o Executivo realizará, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, a publicação do relatório a que se refere o § 3º do artigo 165 da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 52 da Lei Complementar nº 101/2000, respeitado o estabelecido no § 4º do artigo 55 da mesma Lei.

Art. 48. O Relatório de Gestão Fiscal, em conformidade com os preceitos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei Complementar nº 101/2000, serão divulgados em até trinta dias após o encerramento do quadrimestre.

Art. 49. O controle de custos da execução do orçamento e avaliação de resultados será efetuado a nível de unidade



MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

ESTADO DO PARANÁ

PODER EXECUTIVO

orçamentária com o desdobramento nos projetos e atividades cuja execução esteja a ela subordinados.

Art. 50. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DAS ARAUCÁRIAS, TELÊMACO BORBA, ESTADO DO PARANÁ, em 30 de julho de 2012.



Eros Danilo Araújo
Prefeito



Arnaldo José Romão
Procurador Geral do Município



MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA
 ESTADO DO PARANÁ
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
 2013

AMF - Tabela 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2013			2014			2015		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/%PIB) X 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/%PIB) X 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/%PIB) X 100
Receita Total	112.091.000,00	104.464.000,00		117.135.000,00	104.464.000,00		122.406.000,00	104.464.000,00	
Receitas Primárias (I)	108.834.000,00	101.404.000,00		113.734.000,00	101.406.000,00		118.854.000,00	101.408.000,00	
Despesa Total	112.091.000,00	104.464.000,00		117.135.000,00	104.464.000,00		122.406.000,00	104.464.000,00	
Despesas Primárias (II)	107.441.000,00	100.143.000,00		112.735.000,00	100.552.000,00		118.006.000,00	100.720.000,00	
Resultado Primário (I - II)	1.393.000,00	1.261.000,00		999.000,00	854.000,00		848.000,00	688.000,00	
Resultado Nominal	-500.000,00	-464.000,00		-1.000.000,00	-889.000,00		-1.000.000,00	-851.000,00	
Dívida Pública Consolidada	22.900.340,14	21.280.866,22		21.900.340,14	19.475.200,53		20.900.340,14	17.785.584,48	
Dívida Consolidada Líquida	22.900.340,14	21.280.866,22		21.900.340,14	19.475.200,53		20.900.340,14	17.785.584,48	

Fonte: Sistema Contábil

Nota: Para o cálculo dos valores constantes utilizou-se do Índice de Deflação, obtido a partir da metodologia e memória de cálculo do exemplo a seguir:

MUNICÍPIO DE TELÉMACO BORBA
 ESTADO DO PARANÁ
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
 2013

AMF - Tabela 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2011 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2011 (b)	Variação	
				Valor (c)=(b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	107.110.000,00		113.302.345,33	6.192.345	5,78
Receitas Não Financeiras (I)	94.872.000,00		106.624.755,46	11.752.755	12,39
Despesa Total	107.110.000,00		95.407.498,96	-11.702.501	-10,93
Despesas Não Financeiras (II)	103.743.000,00		91.812.616,23	-11.930.384	-11,50
Resultado Primário (I - II)	-8.871.000,00		14.812.139,23	23.683.139	-266,97
Resultado Nominal	-1.390.000,00		-11.705.692,41	-10.315.692	742,14
Dívida Pública Consolidada	26.276.000,00		23.400.340,14	-2.875.660	-10,94
Dívida Consolidada Líquida	26.276.000,00		-3.183.102,88	-29.459.103	-112,11

Fonte: Sistema Contábil

MUNICÍPIO DE TELÉMACO BORBA
ESTADO DO PARANÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2013

AMF - Tabela 3 (LRF, ART. 4º, §2º, INCISO II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO												
	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%
Receita Total	97.930.000,00		107.110.000,00	9,37	104.461.000,00	-2,47	112.091.000,00	7,30	117.135.000,00	4,50	122.406.000,00	4,50
Receita Não Financeira (I)	90.788.000,00		94.872.000,00	4,50	99.144.000,00	4,50	108.834.000,00	9,77	113.734.000,00	4,50	118.854.000,00	4,50
Despesa Total	97.930.000,00		107.110.000,00	9,37	104.461.000,00	-2,47	112.091.000,00	7,30	117.135.000,00	4,50	122.406.000,00	4,50
Despesa Não Financeira (II)	94.776.000,00		103.743.000,00	9,46	101.017.000,00	-2,63	107.441.000,00	6,36	112.735.000,00	4,93	118.006.000,00	4,68
Resultado Primário (I - II)	-3.988.000,00		-8.871.000,00	122,44	-1.873.000,00	-78,89	1.393.000,00	-174,37	999.000,00	-28,28	848.000,00	-15,12
Resultado Nominal	-500.000,00		-1.390.000,00	178,00	-1.000.000,00	-28,06	-500.000,00	-50,00	-1.000.000,00	100,00	-1.000.000,00	0,00
Dívida Pública Consolidada	26.641.000,00		26.276.000,00	-1,37	23.562.000,00	-10,33	22.900.340,14	-2,81	21.900.340,14	-4,37	20.900.340,14	-4,57
Dívida consolidada Líquida	26.641.000,00		26.276.000,00	-1,37	23.562.000,00	-10,33	22.900.340,14	-2,81	21.900.340,14	-4,37	20.900.340,14	-4,57

ESPECIFICAÇÃO												
	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%
Receita Total	91.245.000,00		97.928.000,00	7,32	107.105.000,00	9,37	104.464.000,00	-2,47	104.464.000,00	0,00	104.464.000,00	0,00
Receita Não Financeira (I)	84.646.000,00		86.747.000,00	2,48	101.720.000,00	17,26	101.404.000,00	-0,31	101.406.000,00	0,00	101.408.000,00	0,00
Despesa Total	91.245.000,00		97.928.000,00	7,32	107.105.000,00	9,37	104.464.000,00	-2,47	104.464.000,00	0,00	104.464.000,00	0,00
Despesa Não Financeira (II)	88.226.000,00		94.864.000,00	7,52	103.530.000,00	9,14	100.143.000,00	-3,27	100.552.000,00	0,41	100.720.000,00	0,17
Resultado Primário (I - II)	-3.580.000,00		-8.117.000,00	126,73	-1.810.000,00	-77,70	1.261.000,00	-169,67	854.000,00	-32,28	688.000,00	-19,44
Resultado Nominal	-478.000,00		-1.265.000,00	164,64	-1.035.000,00	-18,18	-464.000,00	-55,17	-889.000,00	91,59	-851.000,00	-4,27
Dívida Pública Consolidada	25.494.000,00		23.911.000,00	-6,21	24.391.000,00	2,01	21.280.866,22	-12,75	19.475.200,53	-8,48	17.785.584,48	-8,68
Dívida consolidada Líquida	25.494.000,00		23.911.000,00	-6,21	24.391.000,00	2,01	21.280.866,22	-12,75	19.475.200,53	-8,48	17.785.584,48	-8,68

Fonte: Sistema Contábil





MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA
ESTADO DO PARANÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2013

AMF - Tabela 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

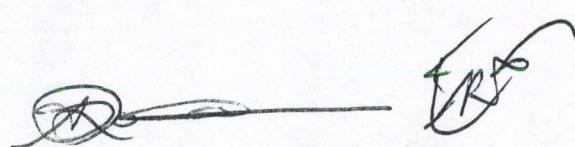
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2011	%	2010	%	2009	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00		0,00		0,00	
Resultado Acumulado	163.572.988,31	100,00	85.126.633,48	100,00	78.877.053,13	100,00
TOTAL	163.572.988,31	100,00	85.126.633,48	100,00	78.877.053,13	100,00

Fonte: Sistema Contábil

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2011	%	2010	%	2009	%
Patrimônio/Capital						
Reservas						
Resultado Acumulado	23.867.476,92	100,00	16.499.251,81	100,00	10.414.139,10	100,00
TOTAL	23.867.476,92	100,00	16.499.251,81	100,00	10.414.139,10	100,00

Fonte: Fundo Previdenciário do Município de Telêmaco Borba



MUNICÍPIO DE TELÉMACO BORBA
 ESTADO DO PARANÁ
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2013

AMF - Tabela 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

RECEITAS REALIZADAS	2011 (a)	2010 (d)	R\$ 1,00 2009
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	15.300,00
Alienação de Bens Imóveis	30.000,00	102.511,53	0,00
TOTAL	30.000,00	102.511,53	15.300,00
DESPESAS LIQUIDADAS	2011 (b)	2010 (e)	2009
APLICAÇÕES DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	15.300,00	0,00
Investimentos	0,00	15.300,00	0,00
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVD.	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio dos Servidores Públicos			
TOTAL	0,00	15.300,00	0,00
	(c)=(a -b)+f	(f)=(d -e)+g	(g)
SALDO FINANCEIRO	117.211,53	87.211,53	0,00

Fonte: Sistema Contábil

RECEITAS	2009	2010	2011
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	4.314.576,23	5.008.080,91	7.237.559,80
RECEITAS CORRENTES	4.314.576,23	5.008.080,91	7.237.559,80
Receita de Contribuições dos Segurados	2.604.905,66	2.618.888,16	3.027.575,51
Pessoal Civil	2.604.905,66	2.618.888,16	3.027.575,51
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	1.144.911,00	2.027.759,81	3.561.271,34
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	564.759,57	361.432,94	648.712,95
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	556.039,63	361.001,40	648.712,95
Demais Receitas Correntes	8.719,94	431,54	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.852.041,53	5.695.486,70	6.409.477,81
RECEITAS CORRENTES	5.852.041,53	5.695.486,70	6.409.477,81
Receita de Contribuições	5.852.041,53	5.695.486,70	6.409.477,81
Patronal	5.852.041,53	5.695.486,70	6.409.477,81
Pessoal Civil	5.852.041,53	5.695.486,70	6.409.477,81
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	10.166.617,76	10.703.567,61	13.647.037,61

DESPESAS	2009	2010	2011
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	4.634.155,88	5.489.138,91	6.281.282,53
ADMINISTRAÇÃO	393.777,26	409.957,99	451.488,84
Despesas Correntes	393.777,26	407.983,99	449.092,84
Despesas de Capital	0,00	1.974,00	2.396,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	4.240.378,62	5.079.180,92	5.829.793,69
Pessoal Civil	4.240.378,62	5.079.180,92	5.829.793,69
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	4.634.155,88	5.489.138,91	6.281.282,53
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (III) - (I - II)	5.532.461,88	5.214.428,70	7.365.755,08

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	2009	2010	2011
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recurso para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00

Recurso para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00
Recurso para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recurso para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	5.532.461,88	5.214.428,70	7.365.755,08
BENS E DIREITOS DO RPPS	16.105.384,44	21.987.541,71	29.353.296,79

FONTE: SISTEMA CONTÁBIL - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELEMACO BORBA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2011 a 2085

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)
2011	7.817.660,49	4.418.327,07	3.399.333,42	26.910.087,64
2012	8.823.083,08	4.715.995,00	4.107.088,08	31.017.175,72
2013	9.266.243,58	4.928.349,58	4.337.894,00	35.355.069,72
2014	9.701.142,09	5.074.889,45	4.626.252,64	39.981.322,36
2015	11.534.215,30	5.203.212,12	6.331.003,18	46.312.325,54
2016	11.448.347,93	5.455.619,74	5.992.728,19	52.305.053,73
2017	11.236.957,24	5.723.376,40	5.513.580,84	57.818.634,57
2018	11.095.284,53	5.933.372,16	5.161.912,37	62.980.546,94
2019	10.940.266,55	6.097.735,75	4.842.530,80	67.823.077,74
2020	10.678.056,20	6.831.087,85	3.846.968,35	71.670.046,09
2021	10.495.509,73	7.699.194,09	2.796.315,64	74.466.361,73
2022	10.334.322,97	8.201.405,39	2.132.917,58	76.599.279,31
2023	10.085.476,12	8.698.266,95	1.387.209,17	77.986.488,48
2024	9.849.822,54	9.284.883,03	564.939,51	78.551.427,99
2025	9.632.140,45	10.364.780,78	-732.640,33	77.818.787,66
2026	9.385.594,57	11.610.905,32	-2.225.310,75	75.593.476,91
2027	9.069.736,43	12.621.450,20	-3.551.713,77	72.041.763,14
2028	8.840.319,92	13.409.816,86	-4.569.496,94	67.472.266,20
2029	8.508.928,66	14.251.840,46	-5.742.911,80	61.729.354,40
2030	8.220.079,92	15.143.202,58	-6.923.122,66	54.806.231,74
2031	7.945.159,31	16.864.396,93	-8.919.237,62	45.886.994,12
2032	7.593.768,15	18.438.754,18	-10.844.986,03	35.042.008,09
2033	7.296.384,01	19.347.636,59	-12.051.252,58	22.990.755,51
2034	7.066.528,56	19.928.487,77	-12.861.959,21	10.128.796,30
2035	6.906.492,61	20.299.993,26	-13.393.500,65	-3.264.704,35
2036	6.683.315,92	20.950.327,46	-14.267.011,54	-17.531.715,89
2037	6.420.983,52	21.872.184,08	-15.451.200,56	-32.982.916,45
2038	6.253.846,95	22.265.079,48	-16.011.232,53	-48.994.148,98
2039	6.102.104,24	22.325.147,91	-16.223.043,67	-65.217.192,65
2040	5.928.199,73	22.270.344,30	-16.342.144,57	-81.559.337,22
2041	5.739.897,03	22.492.600,51	-16.752.703,48	-98.312.040,70
2042	5.600.926,20	22.520.032,49	-16.919.106,29	-115.231.146,99
2043	5.501.561,92	22.360.172,57	-16.858.610,65	-132.089.757,64
2044	5.342.346,65	22.250.561,85	-16.908.215,20	-148.997.972,84
2045	5.301.124,66	21.831.310,16	-16.530.185,50	-165.528.158,34
2046	112.644,39	21.378.979,27	-21.266.334,88	-186.794.493,22
2047	71.285,46	20.917.444,07	-20.846.158,61	-207.640.651,83
2048	50.777,30	20.379.661,25	-20.328.883,95	-227.969.535,78
2049	46.476,98	19.778.914,03	-19.732.437,05	-247.701.972,83
2050	14.829,28	19.225.109,62	-19.210.280,34	-266.912.253,17
2051	8.647,48	18.589.291,45	-18.580.643,97	-285.492.897,14
2052	0,00	17.937.929,13	-17.937.929,13	-303.430.826,27
2053	0,00	17.247.817,60	-17.247.817,60	-320.678.643,87
2054	0,00	16.538.007,28	-16.538.007,28	-337.216.651,15

2055	0,00	15.809.802,47	-15.809.802,47	-353.026.453,62
2056	0,00	15.065.323,77	-15.065.323,77	-368.091.777,39
2057	0,00	14.306.919,82	-14.306.919,82	-382.398.697,21
2058	0,00	13.536.832,85	-13.536.832,85	-395.935.530,06
2059	0,00	12.758.920,72	-12.758.920,72	-408.694.450,78
2060	0,00	11.975.324,95	-11.975.324,95	-420.669.775,73
2061	0,00	11.189.850,41	-11.189.850,41	-431.859.626,14
2062	0,00	10.406.267,73	-10.406.267,73	-442.265.893,87
2063	0,00	9.628.670,29	-9.628.670,29	-451.894.564,16
2064	0,00	8.862.161,23	-8.862.161,23	-460.756.725,39
2065	0,00	8.111.145,94	-8.111.145,94	-468.867.871,33
2066	0,00	7.256.721,29	-7.256.721,29	-476.124.592,62
2067	0,00	6.673.801,34	-6.673.801,34	-482.798.393,96
2068	0,00	5.995.966,54	-5.995.966,54	-488.794.360,50
2069	0,00	5.350.803,62	-5.350.803,62	-494.145.164,12
2070	0,00	4.741.844,92	-4.741.844,92	-498.887.009,04
2071	0,00	4.171.984,05	-4.171.984,05	-503.058.993,09
2072	0,00	3.641.343,83	-3.641.343,83	-506.700.336,92
2073	0,00	3.158.278,09	-3.158.278,09	-509.858.615,01
2074	0,00	2.717.019,74	-2.717.019,74	-512.575.634,75
2075	0,00	2.320.040,46	-2.320.040,46	-514.895.675,21
2076	0,00	1.966.683,45	-1.966.683,45	-516.862.358,66
2077	0,00	1.656.145,99	-1.656.145,99	-518.518.504,65
2078	0,00	1.385.566,05	-1.385.566,05	-519.904.070,70
2079	0,00	1.153.563,33	-1.153.563,33	-521.057.634,03
2080	0,00	956.809,66	-956.809,66	-522.014.443,69
2081	0,00	792.432,93	-792.432,93	-522.806.876,62
2082	0,00	656.802,91	-656.802,91	-523.463.679,53

Continua 1/2

2083	0,00	546.745,81	-546.745,81	-524.010.425,34
2084	0,00	458.589,92	-458.589,92	-524.469.015,26
2085	0,00	389.339,65	-389.339,65	-524.858.354,91

FONTES: Calculo Atuarial - Luciano Lemes - MIBA 1.497/RJ

1. Projeção atuarial elaborada em 31/03/2011 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social – MPS.

Taxa de Juros Real = 6,00%; Taxa Real de Crescimento do Salário por Mérito = 1,00; Projeção de Crescimento Real do Salário por Produtividade = 1,00; Projeção

Continuação 2/2

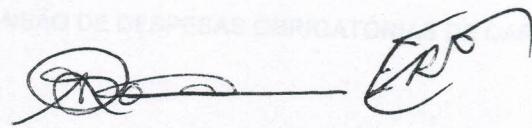
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2013

AMF - Demonstrativo VII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2013	2014	2015	
NAO HÁ PREVISÃO DE ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DE RENÚNCIA DE RECEITA						
		TOTAL	-	-	-	-

Fonte: Sistema Conábil



MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA
ESTADO DO PARANÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2013

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Sentenças Judiciais de pequeno valor	200.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	200.000,00

